

Viagem à Índia
ou ao Peru



Elefantes, esquimós
e Jesus crucificado



Habitantes do fim
do mundo e homens
com cabeças de
cachorro



Visões do Brasil



Abacaxis, tucanos
e bichos-preguiça



O nascimento
da cultura impressa

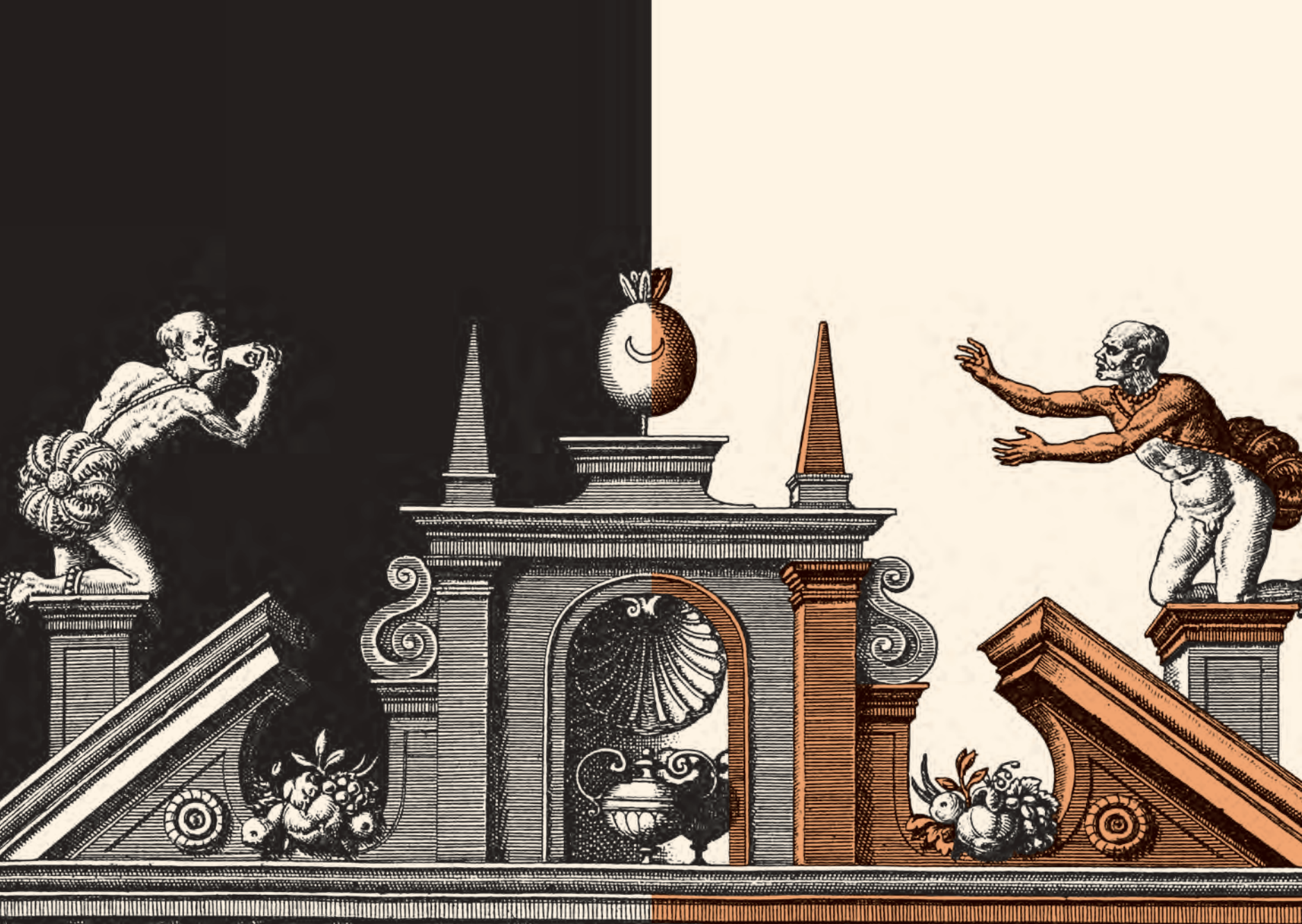


Theodor de Bry
e as Grandes Viagens



Referências
bibliográficas







Viagem à Índia
ou ao Peru

Eu, Hans Staden, de Homberg, em Hessen, resolvi, caso Deus quisesse, visitar a Índia.

Essa é a primeira linha do primeiro livro impresso sobre o Brasil, o relato autobiográfico do alemão Hans Staden publicado em 1557, na qual seu autor deixa bem claro que sonhava mesmo era com uma viagem à Índia.

Apesar de cômico, era esperado: a rota marítima de comércio que contornava toda a África até alcançar o Oriente borrifava, à época, um perfume de sedução irresistível aos europeus ambiciosos desde que seu trajeto fora percorrido por Vasco da Gama pouco mais de meio século antes, em 1497, com o intuito de garantir a Portugal o controle do comércio de especiarias. Ao navegarem em busca desses bens valiosos, as Coroas portuguesa e castelhana desvelaram (mesmo que às vezes por acidente ou erro de cálculo) toda a geografia da Terra, naquela que ficou conhecida como a Era dos Descobrimentos.

Hans Staden, portanto, nada fazia a não ser refletir os apetites de seu tempo. Se movido especificamente pelo desejo do exótico, sonhos de fortuna ou algum outro motivo, ninguém sabe. Pois,

apesar de seu nome quase sempre surgir precedido por epítetos que vão dos mais nobres (“aventureiro”) aos nem tanto (“mercenário”), sua história pregressa é praticamente ignorada. Conhecemos apenas o que ele mesmo nos contou nas páginas de seu livro: deixou sua terra natal e passou pela Holanda, até chegar a Portugal.

Em Lisboa, alojei-me em uma hospedaria, cujo dono era alemão e se chamava Leuhr, o Moço, onde fiquei por algum tempo.

Contei-lhe que tinha saído da minha pátria e lhe perguntei quando esperava que houvesse expedição para a Índia. Disse-me que eu tinha demorado demais e que os navios d’El-Rei que navegavam para a Índia já tinham saído. Pedi-lhe, então, que me auxiliasse no intento de encontrar outro navio, visto que perdera estes, tanto mais que ele sabia a língua, e que eu estava pronto a servi-lo por minha vez.

Levou-me para um navio como artilheiro. O capitão dessa nau chamava-se Penteado e se destinava ao Brasil, para traficar, e tinha ordens de atacar os navios que comerciavam com os mouros do norte da África.



Mesmo mais de cinquenta anos passados desde o desembarque de Cabral, os domínios portugueses do outro lado do Atlântico pouco interesse geravam além daquele descrito por Staden: traficar, principalmente a madeira responsável por seu nome de batismo.

Viajamos quarenta milhas para diante, até um porto chamado Potiguares, onde pretendíamos carregar o navio com pau-brasil e receber provisões em permuta com os selvagens.

Ao chegarmos, aí encontramos um navio de França, que carregava pau-brasil. Atacamo-lo para o aprisionar, mas cortaram-nos o mastro grande com um tiro, e se escaparam; alguns dos nossos morreram e outros ficaram feridos.

Isso, porém, ocorreu quando o navio do alemão já se preparava para regressar à Europa. A chegada ao Brasil acontecera algum tempo antes, em janeiro de 1548.

A 28 de janeiro, havemos vista de terra, vizinha de um cabo chamado Sanct Augustin. A oito milhas daí,

chegamos a um porto denominado Prannenbucke. Contavam-se 84 dias que tínhamos estado no mar sem ter avistado a terra. Ali, os portugueses tinham estabelecido uma colônia chamada Marim. O governador dessa colônia chamava-se Arto Koslio.

Se não é difícil imaginarmos que Sanct Augustin seja o atual cabo de Santo Agostinho, próximo ao Recife, a tarefa se apresenta um tanto mais complicada com Prannenbucke ou Arto Koslio. No entanto, durante o século XX, à medida que se tornava uma das pedras fundamentais daquilo que conhecemos como história do Brasil, o livro de Hans Staden passou a ganhar edições em português cada vez mais bem cuidadas e didaticamente contextualizadas. Por isso, hoje, notas de rodapé nos informam: Prannenbucke é Pernambuco e Arto Koslio o português Duarte Coelho, governador da capitania. Os grotescos erros de grafia no original provavelmente se deveram à transcrição direta para o alemão de registros orais que Staden guardara na memória (basta, por exemplo, pronunciarmos Arto Koslio numa caricatura de sotaque alemão para que este se assemelhe foneticamente a “Duarte Coelho”). Já a colônia de Marim, nos informa outro rodapé, era

como se chamava a aldeia nativa sobre a qual se ergueria a cidade de Olinda.

Mas Staden nem teve tempo de admirar a vista que, rezam a lenda e os guias turísticos, tanto extasiou Arto Koslio. Logo foi despachado numa missão militar para Igarassu, um pouco mais ao norte.

Aconteceu que os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses, o que dantes nunca tinham feito; mas agora o faziam, por se sentirem escravizados. Por isso, o governador nos pediu pelo amor de Deus que ocupássemos o lugar denominado Igarassu, a cinco milhas de distância do porto de Marim, onde estávamos ancorados, e de que os selvagens se queriam apoderar. Os habitantes da colônia de Marim não podiam ir em auxílio deles, porque receavam que os selvagens os viessem atacar.

Fomos, pois, em auxílio da gente de Igarassu, com quarenta homens do nosso navio e para lá nos dirigimos numa embarcação pequena. A colônia fica num braço do mar, que avança duas léguas pela terra adentro. Haveria ali uns noventa cristãos para a defesa. Com eles se achavam mais uns trinta mouros



e escravos brasileiros pertencentes aos moradores. Os selvagens, que nos sitiavam, orçavam por oito mil.

Seria um pífio tropel de pouco mais de cento e cinquenta homens capaz de enfrentar oito mil “selvagens”?

O cerco durava havia quase um mês e vários dos selvagens morreram; nenhum, porém, dos cristãos. Uma vez pacificados os selvagens, voltamos ao navio grande em Marim.

Absolvamos, porém, Hans Staden pelo evidente exagero no relato de seu triunfo. Primeiro, não haveria a menor possibilidade de quantificar com alguma exatidão seus adversários: a descrição mais fidedigna que ele poderia fornecer ao leitor com relação ao número de oponentes seria algo próximo a “um monte”. Compreensível, portanto, a invenção de um conteúdo menos vago na hora de colocar a batalha no papel. Além disso, quem nunca deu uma incrementada em suas façanhas quando não há risco de desmentidos? A se lamentar mesmo no parágrafo é toparmos com o verbo “pacificar”, eufemismo utilizado à larga

como justificativa de tantas barbaridades cometidas contra a população nativa durante os primeiros séculos de presença europeia.

Após o triunfo, Staden deixa Olinda, rumo a quarenta milhas ao norte para se abastecer de pau-brasil, no trecho aqui transcrito anteriormente, e retorna a Portugal.

Estivemos assim 108 dias no mar e, no dia 12 de agosto, alcançamos umas ilhas chamadas Los Açores.

Porém, se sua passagem por essas terras se resumisse a isso, nós nunca teríamos ouvido falar no alemão. Hans Staden voltaria ao Brasil, dois anos depois.

(...) descansei algum tempo em Lisboa e fiquei com vontade de ir com os espanhóis para as novas terras que eles possuem. (...) fui para uma cidade denominada Sevilha, onde encontrei três navios que se estavam aparelhando para irem a um país chamado Río de la Plata, situado na América. Esse país, a aurífera terra chamada de Peru que há poucos anos foi descoberta (...).

Hans Staden voltaria ao Brasil mas, de novo, sem querer: mais uma vez seu roteiro era outro. Dessa feita, rio da Prata e Peru, junto aos espanhóis. Ou seja, se corressem como o planejado, as hoje famosas *Duas viagens ao Brasil* de Hans Staden na realidade não passariam de *Uma viagem à Índia e outra ao Peru*. Mas as coisas não saíram conforme previsto e no dia 24 de novembro de 1550 Staden aportava na costa brasileira pela segunda vez. Um desembarque de emergência no local hoje conhecido como baía de Paranaguá, em meio a uma feroz tempestade, da qual, conforme o narrador, ele e seus companheiros escaparam por milagre.

Passada a borrasca, as três embarcações seguiram até Santa Catarina. A que levava Staden foi a primeira a chegar.

Com cerca de três semanas de espera, chegou-nos a nau em que vinha o primeiro piloto; mas a terceira nau era perdida de todo e nada mais soubemos dela.

Aparelhamos, então, para sair e fizemos provisão para seis meses, pois havia ainda cerca de 300 léguas de viagem por mar. Quando tudo estava prestes,



aconteceu-nos perder a nau grande no porto, o que impediu a nossa partida.

Ficamos aí dois anos no meio de grandes perigos e sofrendo fome. Tínhamos que comer lagartos, ratos de campo e outros animais esquisitos, que lográvamos colher, assim como mariscos que vivem nas pedras e muitos bichos extravagantes.

Contudo, afirma o autor, não foi a vontade de abandonar a dieta à base de bichos extravagantes que os forçou a tomar uma atitude após dois anos e meio, mas sim a iminência da traição.

Os selvagens que nos davam mantimentos só o fizeram enquanto recebiam presentes de nossa parte; fugiram depois para outros lugares e, como não podíamos fiar-nos neles, dissuadimo-nos de aí continuar com perigo de perecer. Deliberamos, pois, que a maior parte dos nossos devia ir por terra para a província de Assunción, daí distante cerca de 300 milhas. Os outros iriam no navio que restava. O capitão conservava alguns de nós, que iriam por água com ele.

Os que iam por terra levavam mantimentos e alguns selvagens. Muitos deles, é certo, morreram de fome no sertão; mas os outros chegaram ao seu destino como depois soubemos; entretanto, para o resto dos nossos homens, o navio era pequeno demais para navegar no mar.

Não é difícil perceber como Staden descreve a relação com a população nativa de maneira, no mínimo, ambígua. Se os indígenas abrem o parágrafo como seres traiçoeiros e pérfidos, poucas linhas depois mudam de posição e aparecem listados, numa indisfarçável função servil, junto à bagagem do grupo que seguiu por terra até Assunción levando “mantimentos e alguns selvagens”. A atitude nebulosa fica ainda mais evidente quando um posterior cruzamento com relatos de outros membros da expedição revela não haver sobrado nenhum dos navios originais. Aquele que Staden descreve como o “navio que restava” era, na verdade, uma pequena embarcação construída com a ajuda dos indígenas. Logo, em tão curto trecho, fica evidente quão complexa e flutuante foi a relação entre nativos e europeus no período. Mas isso não interessa ao narrador, que segue nos informando de seus planos.

Os portugueses têm perto da terra firme uma ilha denominada São Vicente. Era nossa intenção irmos até lá, a vermos se possível era havermos dos portugueses um barco de frete e seguirmos até o Rio da Prata, pois o que tínhamos era pequeno demais para nós todos.

Após outra viagem atribulada, que incluiu um naufrágio em Itanhaém, o grupo enfim chegou a São Vicente. Lá, porém, o relato de Staden não faz uma única menção à tentativa de alugar um barco nem ao projeto de alcançar Assunción. Pelo contrário, o alemão parece esquecer por completo o motivo de sua visita e põe-se a descrever o lugar e suas gentes.

Os portugueses, que aí moram, têm por amiga uma nação brasilica de nome Tupiniquim, cujas terras se estendem pelo sertão adentro cerca de 80 léguas e ao longo do mar umas 40 léguas. Essa nação tem inimigos para ambos os lados, para o sul e para o norte. Seus inimigos para o lado do sul chamam-se Carijó e os do lado do norte, Tupinambá. (...) Sofrem-lhes os portugueses muitos danos e ainda hoje eles se arreceiam.

(...) A cinco milhas de São Vicente, há um lugar denominado Bertioiga, onde os inimigos selvagens primeiro

chegam, para daí seguirem por entre uma ilha chamada Santo Amaro e a terra firme. Para impedir esse caminho aos índios, havia uns irmãos mamelucos, oriundos de pai português e mãe brasileira, todos cristãos e tão versados na língua dos cristãos como na dos selvagens. O mais velho chamava-se João de Braga, o segundo Diogo de Braga, o terceiro Domingos de Braga, o quarto Francisco de Braga, o quinto André de Braga e o pai chamava-se Diogo de Braga. Cerca de dois anos antes da minha vinda, os cinco irmãos tinham decidido, com alguns índios amigos, edificar uma casa forte para deter os contrários, o que já tinham executado. A eles se juntaram mais alguns portugueses, seus agregados, porque era a terra boa.

Ainda que em versão reconstruída no século XVIII, a tal casa forte existe até hoje. É o Forte São João, em Bertioiga, originalmente chamado Fortim de São Tiago. Os portugueses, porém, logo constataram que ele não seria suficiente para deter os ataques tupinambás.

Por causa disso, deliberaram os moradores edificar outra casa ao pé da água, e bem defronte de Bertioiga, na ilha de Santo Amaro, e aí colocar canhões e gente

para impedir os selvagens. Assim tinham começado um forte na ilha, mas não o tinham acabado, à falta de artilheiro português que se arriscasse a morar ali.

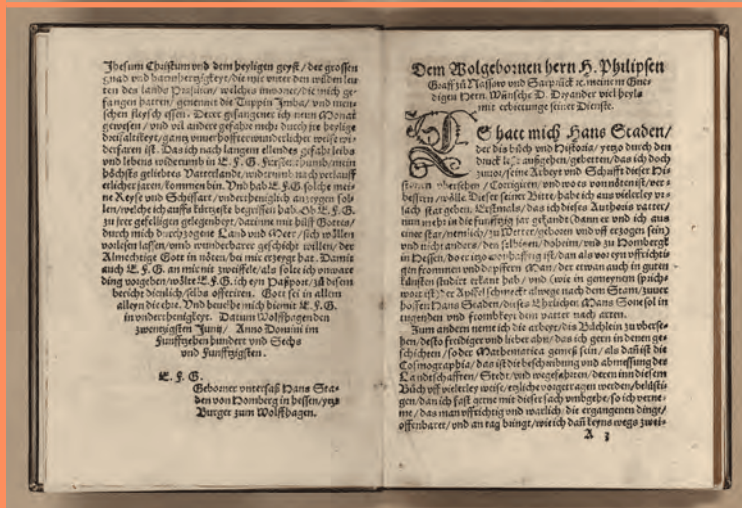
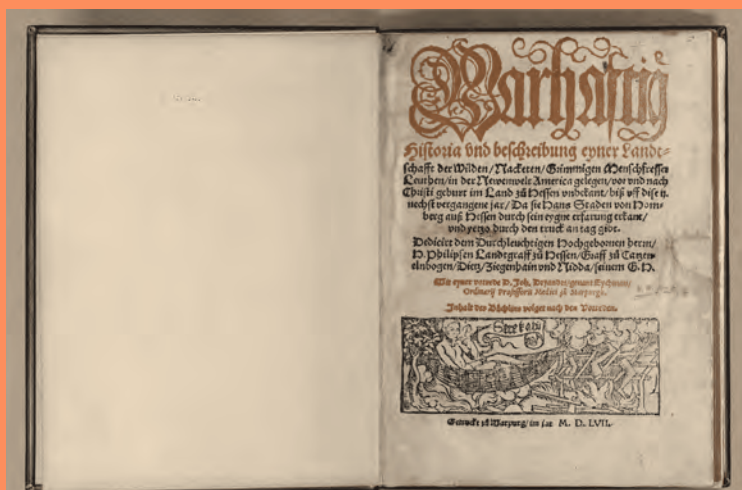
Fui ver o lugar. Quando os moradores souberam que eu era alemão e que entendia de artilharia, pediram-me para ficar no forte e ajudá-los a vigiar o inimigo.

Assim, nosso volúvel narrador deixa para trás espanhóis, rio da Prata e o ouro do Peru para, sem pestanejar, assumir o posto de artilheiro do Forte São Filipe.

Fizeram a casa de pedras, puseram dentro alguns canhões, e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas.

Meses correram sem sobressaltos até que, num dia rotineiro, Staden saiu do forte atrás de alimentos e foi capturado pelos Tupinambá. A descrição dos nove meses que passou cativo, sob a ameaça de ser morto e devorado pelos índios, forma não apenas o cerne de seu livro, mas também boa parte da gênese da imagem daquilo que, desde então, nos acostumamos a chamar de Brasil. ✿





Laçado em Marburgo, numa Terça-Feira Gorda, véspera da Quarta de Cinzas, o livro de Hans Staden fez grande sucesso e se tornou uma das mais populares narrativas de viagem do século XVI. Do ano de seu lançamento até 1715 contam-se 39 edições da obra.

As opiniões sobre a razão para tamanho êxito costumam variar um pouco. Tomando seu principal elemento dramático — o canibalismo tupinambá — como consenso, há tanto quem considere a obra basicamente uma peça de propaganda religiosa (protestante) quanto quem explique sua popularidade por critérios que, hoje, a definiriam como literatura de entretenimento. Talvez ambos tenham sua parcela de razão. Ou, quem sabe, os dois argumentos não fossem em essência tão distintos à época quanto hoje parecem ser. E, apesar de o texto do alemão ter desempenhado evidente papel no sucesso do livro, não há como negar que muito de seu impacto imediato, como também daquilo que sedimentou sua relevância ao longo do tempo, deve ser creditado às 55 xilogravuras que ilustram a obra.

Não exatamente por se tratarem de um primor artístico. Passavam bem longe disso, aliás. Porém, tanto a vasta quantidade de imagens — o triplo do

que geralmente trazia um livro editado no período — quanto sua narrativa visual, recheada de seres humanos devorando seres humanos, apresentavam-se como ingredientes de inquestionável apelo. Apelo que beirava o sensacionalismo, dirão alguns ao toparem, no frontispício da edição original — a “capa” daquela época —, com o nativo estirado calmamente em sua rede a saborear uma perna humana enquanto assava outros membros na grelha.



Se muito se questionou sobre o texto ter saído ou não diretamente da pena de Hans Staden, a origem das imagens motivou debates ainda mais acalorados e deu margem a múltiplas teorias, algumas delas bastante estapafúrdias. Como a que defende ter sido o próprio Staden o autor das ilustrações, pois só a ausência de talento artístico do alemão, mais afeito ao trato com armas, explicaria tamanha falta de qualidade. Outro argumento pouco razoável em favor da mesma tese é o de que apenas um diletante poderia evitar a utilização de recursos acadêmicos ou cacoetes estéticos do período, que não escapariam a um artista de ofício. Nem todos os partidários da tese de que Hans Staden acumulou as funções de autor e ilustrador, porém, perderam completamente o bom senso. Para um grupo menos alucinado, a explicação é bem mais simples e se encontra no fato de que somente uma testemunha ocular teria sido capaz de acrescentar as informações documentais presentes em algumas das imagens, considerando não existir nenhuma referência a elas no conteúdo textual.

A grande maioria das opiniões, contudo, sugere que Staden não executou as xilogravuras (nem seus rascunhos) de próprio punho, mas supervisionou o processo. Ditou “de memória” o conteúdo a alguém, fosse esse alguém um gravador amador ou profissional de pouco talento. Se foi de fato o que ocorreu, difícil segurar uma risadinha aqui outra ali ao imaginá-lo orientando o ilustrador sobre a inclusão de si próprio em algumas das imagens, muitas delas acrescidas das iniciais HS flutuando acima do protagonista ou de uma cruz gravada em seu peito, talvez para não deixar dúvidas quanto a sua inocência em meio a tanta selvageria.

Piadas à parte, seja quem for o responsável pelas xilogravuras que ilustram o livro de Staden, ele produziu o primeiro conjunto abrangente de imagens impressas representando estas terras. ✱